



À Subse. At. Legislativa -  
P/ Sua div. de tramitação  
29.3.2012  
P. Presidente

## PROJETO DE LEI Nº. 29/2012.

*"Proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas e de derivados do fumo e tabaco nas proximidades de instituições educacionais de educação fundamental e básica no Estado do Acre"*

### O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

**FAÇO SABER** que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica proibida a comercialização de bebidas alcoólicas e de derivados do fumo e tabaco nas proximidades de instituições educacionais da educação fundamental e básica no Estado do Acre.

**Art. 2º** A proibição a que se refere o artigo anterior deverá observar distância mínima de duzentos metros das instituições de ensino, em todas as direções.

**Art. 3º** Nos estabelecimentos comerciais fora do alcance estabelecido no artigo anterior, situados no entorno aproximado de quinhentos metros das instituições de ensino, a comercialização desses produtos deverá ser discreta, longe de produtos consumidos por crianças e jovens.



**Art. 4º** O início da proibição estabelecida nos artigos anteriores será após campanha esclarecedora do poder público, no prazo máximo de cento e oitenta dias após a publicação desta lei.

**Art. 5º** A não observação desta lei, após a campanha, observado o prazo limite para adaptação dos estabelecimentos comerciais, acarretará multa de cem UFIR's (Unidade Fiscal de Referência) dobrada na reincidência e assim sucessivamente.

**Art. 6º** O Poder Executivo baixará decreto com informações complementares, se necessário, no prazo de sessenta dias.

**Art. 7º** As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das verbas orçamentárias próprias.

**Art. 8º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Deputado Francisco Cartaxo"

Em: 14 de março de 2012

**Deputado MANOEL MORAES**  
**PSB**



## JUSTIFICATIVA

A preocupação recorrente com a saúde física e mental de nossas crianças e jovens precisam do amparo de leis que sustentem o apoio à ação educativa. Dessa forma, organizar a sociedade, a distribuição do espaço público urbano, pode ser determinante nesta questão. Deslocar para distante espaço, longe do cotidiano das crianças e jovens, os estabelecimentos que comercializam produtos que claramente afetam a saúde dos educandos, pode ser uma alternativa. A sabedoria popular, com seus ditados e provérbios, alerta: a ocasião faz o ladrão. Nesse sentido, impelir para mais distante, longe do cotidiano dos alunos, a possibilidade de entrar em contato com essas drogas, que contraditoriamente a sociedade permite produzir e comercializar deve dar resultados bons de se ver.

De modo geral, o entorno das escolas têm se mostrado terreno fértil para a difusão desses e de outros vícios. Crianças e jovens, no caminho entre suas casas e a escola, são presas fáceis de facínoras, da propaganda e da exposição aberta, ostensiva e persistente dessas drogas. Sob o olhar complacente dos adultos e dos comerciantes. Verdade que os problemas nas escolas não apenas estes, mas estes se somam a outros tantos, dificultando a ação de educadores e controle dos pais. Nesse sentido, este projeto de lei pode auxiliar o controle e na esteira deste, a educação.

Recentemente o médico Dráuzio Varela, tratou desse assunto em importante veículo de leitura nacional, abordando pontos que fundamentam nossa preocupação de restringir a exposição dessas drogas “socialmente aceitas” a um limbo que não contagie nossas crianças e jovens. Evidentemente, apenas isso não resolve problemas tão graves – uma atuação mais ampla de toda a sociedade e postura responsável dos adultos seria o desejável -, mas pode ajudar e muito.



Portanto, nobres Pares, encaminho este projeto de lei para vossa apreciação, análise e apoio.

Sala das Sessões "Deputado Francisco Cartaxo"

Em: 14 de março de 2012

**Deputado MANOEL MORAES**  
**PSB**